

Elfa Medicamentos S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11
Balanços patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	16
Demonstrações dos resultados abrangentes	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	21

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2019, a Elfa Medicamentos S.A. (“Companhia” ou “Elfa”) continuou seu processo acelerado de crescimento, aumentando vendas em diversos Estados do Brasil, fortalecendo o relacionamento com seus principais fornecedores e clientes, e adquirindo duas empresas que chegaram para somar à Elfa um portfólio de produtos diversificados e soluções diferenciadas de prestação de serviços.

Continuamos com a captura de sinergias das aquisições e seguimos evoluindo e fortalecendo nossa cultura e DNA para melhor refletirem tudo que praticamos, acreditamos e prezamos. Também realizamos contratações relevantes em 2019, para fortalecer ainda mais a gestão da nossa Companhia, trazendo pessoas com experiência no setor e no desenvolvimento de negócios.

Expandindo sua abrangência nacional, a Elfa está organizada em três canais, trazendo aos clientes e fornecedores oportunidades de evolução em gestão e soluções logísticas para a área da saúde:

- **Distribuição:** segmento composto por clientes Institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio diversificado de medicamentos de alto valor agregado em diversas especialidades, tais como, oncologia, imunossuppressores e antibióticos.

Em 2019, dividimos nosso canal de Distribuição em duas Unidades de Negócio, Referências e Genéricos, visando maior crescimento e rentabilidade através de forças de vendas dedicadas com maior alcance e melhor entendimento das diferentes dinâmicas de mercado, atendimento aos nossos clientes e relacionamento sustentável com nossos fornecedores.

A aquisição da Central Distribuidora de Medicamentos (“CDM” ou “Grupo CDM”), especializada na venda de Genéricos de alto valor, trouxe o *know-how* necessário para acelerar a criação da nova unidade de negócios de genéricos, além de fortalecer nossa presença na Região Norte e Nordeste do país.

- **Varejo:** Segmento representado pela Prescrita e Agilfarma, comercializa produtos e medicamentos de diversas patologias (incluindo alta complexidade), tais como hormonoterapias e dermatológicos, atendendo médicos e pessoas físicas através de farmácias especializadas e e-commerce em todo o Brasil.

Em 2019 adquirimos a Agilfarma Medicamentos Ltda. (“Agilfarma”), complementando nosso portfólio de produtos, fortalecendo nossa presença física na região Sul e posicionando a Elfa como um dos líderes de mercado em farmácias especializadas no Brasil.

- Acesso: Canal dedicado ao atendimento de planos de saúde e o paciente final. Este canal possui assistência farmacêutica e time dedicado para o acompanhamento de pacientes além de análise de consumo para o plano.

Em 2019 lançamos o *SupplyCare*, plataforma online inovadora de gestão de dispensação de medicamentos para o paciente.

Assim como em 2019, seguimos acreditando em um crescimento resiliente do mercado em que a Elfa está inserida, pautado pelo contínuo crescimento da idade média da população (envelhecimento), foco do investimentos de longo prazo das grandes farmas em inovações no segmento de medicamentos de Referência de alto valor agregado e maior acesso da população brasileira à saúde, sendo a Elfa um dos *players* mais relevantes e preparados com suas soluções de gestão e logística para o mercado de saúde brasileiro.

INOVAÇÃO

O Grupo Elfa mais uma vez mostrou seu pioneirismo em 2019, inaugurando em parceria com o Hospital Sírio-Libanês (HSL) de Brasília um modelo disruptivo de atendimento: o Centro de Distribuição Integrado Hospitalar.

Este centro tem como objetivo maximizar a eficiência da gestão logística hospitalar e garantir que o hospital foque seus esforços nas suas atividades principais. Em sua primeira fase, o projeto implementou um estoque avançado do HSL dentro do armazém da Elfa em Brasília, ficando a empresa responsável pela gestão, movimentação e abastecimento automatizado de produtos, gerando otimização de processos e redução de custos. Com isso a Elfa garante a disponibilidade de produtos, reduz o capital de giro do hospital, melhora a qualidade das informações e reduz valores com perdas e ineficiências.

A Elfa implementou esta parceria de sucesso em 2019, trazendo para o Brasil inovação e avanço no que há de melhor na distribuição mundial na área da saúde, e tem como objetivo expandir este modelo para novos parceiros em 2020.

Nosso Centro de Distribuição em Brasília é o primeiro do país integrado com um hospital, possuindo tecnologias de ponta como Automação de Gestão de Armazenagem (WMS), Automação de Gestão de Inventário Integrado (VMI) e Maquinário de Armazenagem Semiautomático Vertical (“LOGIMAT”). Contamos ainda com certificação de Boas Práticas de Distribuição e com um modelo completo de Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos (SCM), trazendo os seguintes benefícios:

1. Estratégia logística: desenho holístico com otimização de custos com modelo de custo de servir e estratégia de volumes anuais.
2. Planejamento: implantação de Planejamento de Vendas e Operações (S&OP) colaborativo com otimização de estoques considerando alavancas de capacidade e prazos de entrega de pedidos.
3. Distribuição: Visão holística de compras e malha logística.
4. Otimização de estoques: nível de serviço de 99% e capital de giro com forte liquidez.

GENTE E GESTÃO

A Elfa tem as pessoas como seu maior patrimônio. Nosso time é formado por uma equipe experiente tanto no setor de saúde quanto em outros ramos de atividade.

A seleção, avaliação e remuneração dos nossos funcionários são pautadas no exercício contínuo dos nossos valores e cultura, que devem ser percebidos nas nossas atitudes diárias e no relacionamento com clientes, fornecedores, investidores e comunidade. Acreditamos no modelo de meritocracia para reconhecimento da contribuição e valorização de nossos funcionários. Para posições-chave, definimos metas e objetivos anuais claros que impactam a remuneração variável.

Com um quadro de mais de 550 colaboradores, incluindo estagiários e aprendizes, temos como uma das principais portas de entrada o Programa Jovem Talento (programa de estágio), que contou com 2.900 inscrições em 2019, nas cidades de João Pessoa e São Paulo, para 15 vagas.

Acreditamos que a educação será sempre o melhor caminho para atingirmos um melhor nível de eficiência. No ano de 2019, 33 colaboradores foram contemplados com o Auxílio Educação para graduação, pós-graduação e MBA. Foram 13 novas bolsas de estudo concedidas, seguindo o critério de meritocracia. Já somamos mais de 15% dos nossos colaboradores contemplados com Auxílio Educação desde o início do programa. Contamos também com mais de 3.000 treinamentos online concluídos e mais de 1.800 horas de treinamentos presenciais realizados ao longo do ano.

Durante o ano de 2019 a Elfa foi reconhecida nos rankings: (i) As 1000 Maiores Empresas da Valor 1000; (ii) As Melhores & Maiores da Revista Exame; (iii) Melhores Empresas Para Trabalhar 2019 - Setor Saúde – Brasil; e (iv) Melhores Empresas Para Trabalhar 2019 - Regional Paraíba.

AÇÕES SOCIAIS

Na Elfa, acreditamos que o papel de construir uma sociedade melhor é função de todos. Como Companhia responsável e ciente de seus deveres com a comunidade, destinamos o máximo de nosso potencial em Leis de Incentivo para Instituições responsáveis, idôneas e cujos trabalhos convergem com nossa cultura.

O processo para a escolha e a validação das instituições passa por uma criteriosa análise de organizações que possuem atuação em localidades nas quais a Elfa opera, sempre respeitando nossas políticas de *compliance* para patrocínios e projetos culturais.

A Elfa acredita que ações simples, organizadas e assertivas contribuem para a formação de uma sociedade mais justa.

Durante 2019, a Elfa apoiou iniciativas como Canto Cidadão e Associação Desportiva para Deficientes (ADD) ambas em São Paulo, a Fundação Municipal da Criança em João Pessoa – PB, o Lar Torres de Melo em Fortaleza – CE e o Instituto Constelação em Recife – PE.

COMPLIANCE

Reforçando nosso compromisso inegociável de ser uma Companhia ética e transparente em todas as suas atividades, fizemos investimentos relevantes em nosso programa de *Compliance* que, desde sua implementação, é gerido por uma estrutura hierárquica que reporta a presidência da Companhia, bem como ao Comitê de Ética.

Temos 3 canais de contato direto com a ouvidoria, todos geridos por uma consultoria terceirizada que garante o correto direcionamento e isenção. As informações prestadas possuem anonimato garantido e permanecem com o Comitê de Ética, que toma todas as medidas necessárias para proteger o denunciante.

Em 2019 realizamos treinamentos presenciais em todas as unidades da Companhia sobre a estrutura do Programa de *Compliance*, Código de Conduta, Prevenção a Corrupção, Regras de Interação com Agentes Públicos e Diretrizes Antitruste, além de treinamentos específicos para a liderança sobre assédio moral e ao time Comercial sobre a nossa Política de Licitações.

Compliance é um processo de melhoria contínua. Por isso realizamos, pelo segundo ano consecutivo, em outubro de 2019, a Mesa Redonda de *Compliance* da Elfa que contou com a participação de importantes executivos de relevantes *players* do mercado farmacêutico para discutir temas fundamentais relacionados a *Compliance* no setor de saúde. O resultado, mais uma vez, foi excepcional e, sem sombra de dúvidas, eleva ainda mais a confiabilidade do nosso Programa de *Compliance*, passando a fazer parte da agenda anual da Companhia.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

As informações contidas e analisadas neste relatório são derivadas das demonstrações financeiras individual e consolidada da Elfa relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Conforme mencionado nas notas 3.1 e 3.2 das demonstrações financeiras da Elfa, a Companhia adquiriu durante o ano de 2019 duas empresas: (i) a Agilfarma (em 2 de maio); e o Grupo CDM (em 4 de junho), pelo valor total de aquisição de R\$12 milhões e R\$136 milhões, respectivamente.

Resultados adicionados a Companhia decorrentes da aquisição (Em R\$ milhões)

	Grupo Elfa combinado sem as investidas	Agilfarma (8 meses 2019)	Grupo CDM (7 meses 2019)	Grupo Elfa consolidado
Receita Líquida	1.658,9	33,6	138,9	1.831,4
Lucro líquido	57,3	3,2	9,4	69,9



Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma	2018	2019	Δ
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.560,4	1.831,4	17,4%
Lucro Bruto	181,4	195,9	8%
<i>% Margem Bruta</i>	<i>11,6%</i>	<i>10,7%</i>	
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7,4)	(3,6)	-51,4%
<i>PDD / ROL (%)</i>	<i>-0,5%</i>	<i>-0,2%</i>	
Despesas Comerciais	(27,7)	(28,3)	2,2%
<i>Despesas Comerciais / ROL (%)</i>	<i>-1,8%</i>	<i>-1,5%</i>	
Despesas Gerais e Administrativas	(81,4)	(94,8)	16,5%
<i>Despesas G&A / ROL (%)</i>	<i>-5,2%</i>	<i>-5,2%</i>	
Outros Resultados	0,9	21,3	n/s
EBITDA Contábil	65,8	90,4	37,4%
<i>% Margem EBITDA</i>	<i>4,2%</i>	<i>4,9%</i>	
Depreciação e amortização	(13,1)	(25,1)	91,6%
Despesa Financeira, líquida	(9,7)	(27,3)	181,4%
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	4,6	31,9	593,5%
Lucro Líquido	47,6	69,9	46,8%
<i>% Margem Líquida</i>	<i>3,1%</i>	<i>3,8%</i>	

Receita Operacional Líquida (ROL): A ROL atingiu R\$ 1.831,4 milhões no ano de 2019, um crescimento de 17,4% comparado ao ano anterior. O incremento da receita se deu tanto pelo crescimento orgânico das vendas quanto pela aquisição da Agilfarma e do Grupo CDM.

Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber (PDD): A PDD foi R\$ 3,6 milhões em 2019, comparado com R\$ 7,4 milhões em 2018, a redução aconteceu principalmente em função do trabalho de recuperação de perdas efetuados junto a órgãos governamentais e uma melhor gestão de crédito.

Despesas Comerciais: totalizaram R\$ 28,3 milhões em 2019, um crescimento de 2,2% quando comparado com 2018, ficando muito abaixo do crescimento da ROL e abaixo da inflação do período. Esse resultado é explicado por investimentos para suportar o crescimento das nossas vendas, parcialmente compensado por eficiência na gestão de nossos custos.

Despesas Gerais e Administrativas: cresceram 16,5% em 2019, justificado principalmente pelas aquisições e por uma despesa mais alta de participação dos funcionários nos lucros.

Outros Resultados: totalizaram R\$ 21,3 milhões em 2019, principalmente por créditos extemporâneos de tributos e contribuições.

EBITDA: foi R\$ 90,4 milhões em 2019, comparado a R\$ 65,8 milhões em 2018. Este crescimento se deve ao bom resultado operacional da Elfa além do EBITDA da Agilfarma e do Grupo CDM.

Depreciação e Amortização: foi R\$ 25,1 milhões em 2019, comparado a R\$ 13,1 milhões em 2018, decorrente do aumento de intangíveis no ano que referem-se principalmente ao valor justo dos contratos de distribuição adquiridos em 2019 (Agilfarma e Grupo CDM).



Despesa Financeira, líquida: foi R\$ 27,3 milhões em 2019, comparado a R\$ 9,7 milhões em 2018, decorrente do aumento do endividamento líquido da Elfa para financiar as aquisições do ano, bem como investimento em capital de giro para suportar o crescimento do negócio.

Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS) diferido, líquido: foi positivo em R\$ 31,9 milhões em 2019, comparado a R\$ 4,6 milhões em 2018. Este aumento foi decorrente do reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados reconhecidos durante o ano.

Lucro líquido: foi R\$ 69,9 milhões em 2019, comparado a R\$ 47,6 milhões em 2018, um crescimento de 46,8%. Esta melhora decorre de um maior EBITDA em 2019 e do melhor resultado de IR/CS diferido, parcialmente compensado por um aumento na despesa de depreciação e amortização e na despesa financeira líquida, conforme explicado acima.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma	2018	2019	Δ
Dívida Bruta	238,6	319,9	34,1%
Caixa e equivalentes a caixa	154,0	120,6	-21,7%
Dívida Líquida	84,6	199,3	136,1%

A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 319,9 milhões no ano de 2019, representando um aumento de R\$ 81,3 milhões (34,1%) em relação ao ano anterior, principalmente pelas aquisições de novas investidas.

A Elfa finalizou 2019 com saldo de caixa e aplicações financeiras no total de R\$ 120,6 milhões, uma redução em relação a 2018 pelo fato do *funding* utilizado para as aquisições de 2019 já estar disponível no caixa da empresa na data de fechamento do exercício de 2018.

A Elfa terminou 2019 com uma dívida líquida de R\$ 199,3 milhões, compatível com seu EBITDA 2019 de R\$ 90,4 milhões.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

A demonstração consolidada do fluxo de caixa da Elfa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 é parte integrante das demonstrações financeiras e resumida abaixo:

Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma	2018	2019
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(96,2)	42,1
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(5,8)	(113,6)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	169,4	38,0
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	67,4	(33,5)

O Fluxo de Caixa Operacional foi positivo em R\$ 42,1 milhões em 2019 comparado com um com um caixa operacional negativo em 2018 em R\$ (96,2) milhões. Essa melhora deu-se, principalmente, a uma melhor gestão de nosso capital de giro durante o ano.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho da Administração

O Conselho de Administração é responsável pela orientação dos negócios da Elfa. Além disso, o Conselho também nomeia os diretores executivos e supervisiona suas atividades, tendo ainda a alçada obrigatória para a realização de determinadas operações da Companhia.

De forma geral, as decisões do Conselho de Administração ocorrem por meio do voto majoritário de seus membros.

O Conselho é formado por até sete membros, eleitos e destituíveis em Assembleia Geral de Acionistas, conforme estabelecido no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia. O mandato dos membros é unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários para sua condução. A Diretoria Executiva é composta por Diretores Estatutários e não Estatutários.

A Diretoria Estatutária da Elfa é composta por, no mínimo, cinco membros, sendo eles: (i) um Diretor Presidente; (ii) um Diretor Financeiro; (iii) um Diretor de Planejamento Estratégico; (iv) um Diretor Jurídico e de *Compliance* e os demais, Diretores sem Designação Específica, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano, permitida a reeleição. No atual mandato, seis membros compõem a Diretoria Estatutária.

Há ainda 3 Diretores não Estatutários: uma Diretora de Gente e Gestão, um Diretor de Operações e Logística e uma Diretora de Fusões e Aquisições.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Elfa informa que os auditores independentes – KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) – não prestaram, durante o ano de 2019, serviços que não os relacionados à auditoria externa.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Elfa declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Agradecimentos

A administração da Elfa agradece aos seus clientes, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada, e aos seus colaboradores pela dedicação e empenho, responsáveis, em grande parte, pelos resultados alcançados.

Brasília, 10 de março de 2020.





KPMG Auditores Independentes

Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104

51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil

Telefone +55 (81) 3414-7950

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Elfa Medicamentos S.A.

Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elfa Medicamentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elfa Medicamentos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 10 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Elfa Medicamentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	9	50.357	102.684	120.560	154.039
Contas a receber de clientes	10	254.403	206.560	449.108	379.357
Estoques	11	109.536	112.099	215.766	176.829
Tributos a recuperar	12	19.577	13.447	48.286	22.317
Imposto de renda e contribuição social	12	13.720	12.277	19.516	17.706
Outros créditos		21.500	18.102	43.073	24.616
Total do ativo circulante		469.093	465.169	869.309	774.864
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		96	96	127	127
Partes relacionadas	15	7.219	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		32.803	11.690	0	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	53.714	13.301	77.730	29.772
Outros créditos		226	3	2.150	1.939
Total do realizável a longo prazo		94.058	25.090	80.007	31.838
Investimentos	13	589.978	393.580	-	-
Imobilizado		27.472	10.575	37.592	13.976
Intangível	14	45.698	38.260	280.438	180.554
Total do ativo não circulante		757.206	467.505	398.037	226.368
Total do ativo		1.226.299	932.674	1.294.346	1.001.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elfa Medicamentos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	186.391	171.720	352.586	275.436
Empréstimos e financiamentos	17	213.757	137.542	219.928	137.542
Debêntures	17	-	15.356	-	15.356
Obrigações trabalhistas		8.390	3.424	11.123	4.735
Tributos a recolher		7.112	5.807	16.780	9.101
Dividendos a pagar		665	452	665	452
Outras obrigações	18	26.883	11.252	40.577	18.289
Total do passivo circulante		443.198	345.553	641.659	460.911
Não circulante					
Debêntures	17	-	85.700	-	85.700
Empréstimos e financiamentos	17	100.000	-	100.000	-
Tributos a recolher		1.326	1.481	2.106	2.145
Partes relacionadas	15	133.606	47.745	-	-
Provisão para contingências	19	352	-	523	-
Outras obrigações	18	61.838	32.768	64.079	33.049
Total do passivo não circulante		297.122	167.694	166.708	120.894
Patrimônio líquido					
Capital social	20	312.016	312.016	312.016	312.016
Reserva de capital		48.626	48.626	48.626	48.626
Reservas de lucros		125.337	56.085	125.337	56.085
Total do patrimônio líquido		485.979	416.727	485.979	416.727
Recursos para futuro aumento de capital		-	2.700	-	2.700
Total do patrimônio líquido e recursos para futuro aumento de capital		485.979	419.427	485.979	419.427
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.226.299	932.674	1.294.346	1.001.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	21	1.146.498	903.775	1.831.462	1.560.427
Custo das mercadorias vendidas	22	<u>(1.045.140)</u>	<u>(801.573)</u>	<u>(1.635.593)</u>	<u>(1.379.057)</u>
Lucro bruto		101.358	102.202	195.869	181.370
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas comerciais	22	(16.636)	(16.005)	(28.276)	(27.714)
Reversão (Provisão) para perdas por redução ao valor recuperável	10	455	(4.203)	(3.609)	(7.404)
Despesas gerais e administrativas	22	(67.774)	(57.309)	(94.838)	(81.392)
Depreciação e amortização	22	(6.048)	(3.075)	(25.130)	(13.132)
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de valor justo das mais valias	13	31.047	35.031	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	22	<u>18.750</u>	<u>392</u>	<u>21.295</u>	<u>936</u>
		(40.206)	(45.169)	(130.558)	(128.706)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		61.152	57.033	65.311	52.664
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		2.511	11.508	1.719	12.252
Despesas financeiras		<u>(27.333)</u>	<u>(22.397)</u>	<u>(29.041)</u>	<u>(21.924)</u>
Despesas financeiras líquidas		(24.822)	(10.889)	(27.322)	(9.672)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.330	46.144	37.989	42.992
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		-	-	(10.625)	(4.666)
Diferido		<u>33.570</u>	<u>1.439</u>	<u>42.536</u>	<u>9.257</u>
		<u>33.570</u>	<u>1.439</u>	<u>31.911</u>	<u>4.591</u>
Lucro líquido do exercício		<u>69.900</u>	<u>47.583</u>	<u>69.900</u>	<u>47.583</u>
Lucro por ação - R\$		<u>0,29</u>	<u>0,20</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	69.900	47.583	69.900	47.583
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>69.900</u>	<u>47.583</u>	<u>69.900</u>	<u>47.583</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Reserva de capital	Reserva de lucros					Subtotal	Recursos para aumento de capital	Total
		Subscrito	A integralizar	Total		Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2017		312.016	(5.396)	306.620	48.626	1.104	10.532	-	-	11.636	366.882	2.700	369.582
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(2.682)	-	-	(2.682)	(2.682)	-	(2.682)
Aumento de capital social:													
Em moeda	21		5.396	5.396	-	-	-	-	-	-	5.396	-	5.396
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	47.583	47.583	47.583	-	47.583
Destinação dos lucros:													
Reserva legal	21	-	-	-	-	2.379	-	-	(2.379)	-	-	-	-
Dividendos propostos	21	-	-	-	-	-	-	-	(452)	(452)	(452)	-	(452)
Reserva de incentivos fiscais	21	-	-	-	-	-	-	44.752	(44.752)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		312.016	-	312.016	48.626	3.483	7.850	44.752	-	56.085	416.727	2.700	419.427
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	69.900	69.900	69.900	-	69.900
Dividendos adicionais pagos		-	-	-	-	-	(2.683)	-	-	(2.683)	(2.683)	-	(2.683)
Reversão adiantamento para futuro aumento de capital para reserva de lucros		-	-	-	-	-	2.700	-	-	2.700	2.700	(2.700)	-
Destinação dos lucros:													
Reserva legal	21	-	-	-	-	3.495	-	-	(3.495)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	21	-	-	-	-	-	-	62.990	(62.990)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	2.750	-	(2.750)	-	-	-	-
Dividendos propostos	21	-	-	-	-	-	-	-	(665)	(665)	(665)	-	(665)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		312.016	-	312.016	48.626	6.978	10.617	107.742	-	125.337	485.979	-	485.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	69.900	47.583	69.900	47.583
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa:				
Depreciação e amortização	6.048	3.075	25.130	13.132
Impostos diferidos	(33.570)	(1.439)	(42.536)	(9.257)
Provisão para perdas no valor recuperável	(1.209)	4.203	2.855	7.404
Ajuste a valor presente de contas a receber	(74)	1.276	34	2.010
Ajuste a valor presente de fornecedores	1.000	(2.616)	3.000	(2.616)
Provisão para contingências	352	-	523	-
Provisão para perda com estoques	(826)	447	(1.353)	531
Juros, variações monetárias, líquidas - Empréstimos	17.282	11.298	17.282	11.145
Juros, variações monetárias, líquidas - Debêntures	2.582	2.580	2.582	2.580
Equivalência patrimonial e amortização de valor justo das mais valias	(31.047)	(35.031)	-	-
	30.438	31.376	77.417	72.512
(Acréscimo) decréscimo de ativos:				
Contas a receber de clientes	(46.560)	(45.850)	(30.494)	(50.540)
Estoques	3.389	(28.943)	(8.950)	(3.724)
Tributos a recuperar	(7.573)	(11.095)	(27.779)	(14.103)
Partes relacionadas	(7.219)	3.302	-	-
Outros créditos	(3.621)	(13.236)	(17.466)	(13.236)
 (Décrécimo) Acréscimo de passivos:				
Fornecedores	6.360	14.657	39.022	(36.896)
Obrigações trabalhistas	4.966	(2.501)	6.388	(4.242)
Tributos a recolher	1.150	(66)	7.640	(3.001)
Outras obrigações	1.632	(5.451)	1.788	(38.653)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(17.038)	(57.807)	47.566	(91.883)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.422)	(4.320)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(17.038)	(57.807)	42.144	(96.203)
Atividades de investimento:				
Aplicações financeiras	-	102	-	222
Aquisições de imobilizado e intangível	(7.387)	(4.672)	(10.388)	(5.994)
Pagamento de parcelas de empresas adquiridas	(102.721)	-	(109.002)	-
Caixa líquido adquirido novas controladas - Nota 3	-	-	5.751	-
Aporte de capital social nas controladas	(31.810)	(55.247)	-	-
Dividendos recebidos - partes relacionadas	85.861	-	-	-
Dividendos recebidos	3.406	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(21.113)	(11.690)	-	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	(73.764)	(71.507)	(113.639)	(5.772)

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Atividades de financiamento:				
Recursos para aumento de capital	-	5.396	-	5.397
Emissão de debêntures	-	100.000	-	100.000
Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	491.325	186.102	492.172	188.752
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(325.119)	(99.939)	(325.119)	(111.534)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(18.577)	(13.864)	(18.577)	(12.544)
Pagamento de principal de debêntures	(100.000)	-	(100.000)	-
Pagamento de juros e comissões de debêntures	(3.638)	-	(3.638)	-
Pagamento de arrendamentos	(2.381)	-	(3.687)	-
Dividendos pagos	(3.135)	(646)	(3.135)	(680)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	38.475	177.049	38.016	169.391
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(52.327)	47.735	(33.479)	67.416
Demonstração da (Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	102.684	54.949	154.039	86.623
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	50.357	102.684	120.560	154.039
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(52.327)	47.735	(33.479)	67.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Elfa Medicamentos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concentrando-se no comércio atacadista de medicamentos de uso humano, com sede em Brasília, no Distrito Federal. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Elfa”).

A Elfa está organizada em três canais, trazendo aos clientes e fornecedores oportunidades de evolução em gestão e soluções logísticas para a área da saúde que são:

Distribuição: Segmento subdividido em entre genéricos e especialidades 2019, composto por clientes Institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio diversificado de medicamentos de alto valor agregado em diversas especialidades, tais como, oncologia, imunossupressores e antibióticos.

Varejo: Segmento representado pela Prescrita e Agilfarma, comercializa produtos medicamentos de diversas patologias (incluindo alta complexidade), tais como hormonoterapias e dermatológicos, atendendo médicos e pessoas físicas através de farmácias especializadas e e-commerce em todo o Brasil.

Acesso: Canal dedicado ao atendimento de planos de saúde e o paciente final. Este canal possui assistência farmacêutica e time dedicado para o acompanhamento de pacientes além de análise de consumo para o plano.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Elfa.

Controladas diretas:	2019	2018
Prescrita Medicamentos Ltda.	99,9%	99,99%
San Log Distribuidora de Medicamentos Ltda.	99,9%	99,99%
Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.	99,9%	99,99%
Cristal Pharma Ltda.	99,9%	99,99%
Majela Medicamentos Ltda.	99,9%	99,99%
Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CDM PE) (a)	99,9%	-
Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CDM CE) (a)	99,9%	-
Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CDM Norte) (a)	99,9%	-
Prime Distribuidora de Medicamentos Ltda. (Prime) (a)	99,9%	-
Controladas indiretas:		
Agilfarma Medicamentos Ltda.	99,9%	-

(a) Essas empresas formam o Grupo CDM.

- **Prescrita Medicamentos Ltda. (“Prescrita”)**

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo objetivo social é o comércio varejista de produtos farmacêuticos de uso humano e de produtos dermatológicos, podendo utilizar meios eletrônicos para comercialização de seus produtos, em especial, a Internet; e a participação societária em outras sociedades, no País e no exterior, com sede em João Pessoa, Paraíba.

- **San Log Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“San Log”)**

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujos objetivos sociais são: (i) o comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças; (ii) transporte rodoviário de carga (iii) representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria; e (v) importação e exportação de medicamentos por conta própria ou por ordem de terceiros; (vi) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A San Log possui sede em Cabedelo, Paraíba.

- **Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. (“Cirúrgica JAW”)**

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujos objetivos sociais são: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; e representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria, com sede na cidade de Palhoça, Santa Catarina.

- **Cristal Pharma Ltda. (“Cristal”)**

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede em Contagem, Minas Gerais, cujo objetivo social é a importação, exportação e comercialização, por atacado, de drogas, medicamentos e correlatos, de cosméticos e produtos de perfumaria, de produtos de higiene pessoal, de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, de produtos para nutrição clínica e suplementos alimentares dietéticos e frascos para dietas; e o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional de produtos próprios.

- **Majela Medicamentos Ltda. (“Majela”)**

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede em Cabedelo, Paraíba, que tem por objetivo social o comércio atacadista, distribuição e exportação de produtos farmacêuticos, hospitalares, odontológicos, correlatos perfumaria, cosméticos, componentes e suprimentos médico-laboratoriais, equipamentos médico-hospitalares, nutrição enteral e parental, saneantes e artigos de uso médico-cirúrgico.

- **Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. e Prime Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Grupo CDM”)**

Conforme demonstrado na nota explicativa 3.1 em 04 de junho de 2019 a Elfa adquiriu o controle do Grupo CDM. A controlada concentra suas atividades no armazenamento, estocagem e distribuição de medicamentos para todo o Brasil e realiza, também, o comércio por atacado de materiais médico-hospitalares. A empresa possui unidades de atendimento nos Estados de Pernambuco (PE), Bahia (BA), Ceará (CE) e Pará (PA).

- **Agilfarma Medicamentos Ltda. (“Agilfarma”)**

A Agilfarma é uma *delivery* que atua com hormônios de crescimento, fertilidade e medicamentos especiais. Além da venda de medicamentos, a Agilfarma oferece assistência farmacêutica e uma sala de aplicação de medicamentos injetáveis em todas as unidades.

Com sede em Porto Alegre, a Agilfarma possui filiais operacionais em Florianópolis e Curitiba.

3 Aquisição de controladas

3.1 Aquisição do Grupo CDM

Em 4 de junho de 2019, a Companhia adquiriu a totalidade das ações do Grupo CDM, a aquisição foi feita através de pagamentos à vista e parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido na negociação e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e contingências anteriores à data da aquisição.

O Grupo CDM é especializado na venda de Genéricos de alto valor, trouxe o know-how necessário para acelerar a criação da nova unidade de negócios, além de fortalecer nossa presença na Região Norte e Nordeste do país, região de concentração desta empresa.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis mais relevantes foram calculados através da elaboração de laudo de avaliação do Grupo CDM na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo em 04/06/2019
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	5.445
Contas a receber de clientes	39.627
Estoques	26.364
Intangível - Contratos de distribuição, <i>non-compete</i> e licenças	57.566
Outros ativos	878
	<u>129.880</u>
Passivos	
Fornecedores	(31.665)
Outros passivos	(2.541)
Total passivos	<u>(34.206)</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos	95.674
Ágio na aquisição	<u>40.805</u>
Total da contraprestação transferida	<u><u>136.479</u></u>

O valor acima está alocado por empresa adquirida do Grupo CDM da seguinte maneira:

Investida	CDM– PE	Prime	CDM - CE	CDM - Norte	Total
Valor contábil	12.799	6.168	12.059	7.082	38.108
<i>Ajustes de valor justo:</i>					
Direitos de distribuição	17.808	11.683	14.932	6.985	51.408
<i>Non-competete</i>	2.090	1.371	1.753	820	6.034
Licenças sanitárias	43	28	36	17	124
Total ativos e passivos líquidos	32.740	19.250	28.780	14.814	95.674
Ágio na aquisição	14.134	9.274	11.853	5.544	40.805
Total da contraprestação	46.874	28.524	40.633	20.358	136.479

Contraprestação transferida e contraprestação contingente

De acordo com o contrato de aquisição do Grupo CDM, a Companhia irá efetuar o pagamento da aquisição em prestações fixas corrigidas a SELIC em até 5 anos após a data da aquisição.

O valor da contraprestação transferida contempla a estimativa na data da aquisição do valor, reavaliadas ao final do período, das parcelas variáveis denominadas “*earn-out*” condicionadas ao atingimento de determinadas métricas de resultado da investida.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O ágio pago de R\$ 40.804 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros esperados da aquisição.

O valor de intangível de R\$ 57.568 refere-se, principalmente, à avaliação a valor justo dos contratos de distribuição da empresa adquirida, contrato de *non-competete* e licenças possuídas pela adquirida.

Esses contratos é que dão acesso à adquirente aos produtos (medicamentos) comercializados, ao mercado e, consequentemente, aos clientes da região em que a adquirida tem atuação e fornecem vantagem competitiva para a adquirida.

O método utilizado para valoração e vida útil destes ativos são as divulgadas abaixo:

Ativo	Vida útil em anos	Técnicas de avaliação
Contratos de distribuição	7,6	MPEEM
<i>Non-competete</i>	5	With or without
Licenças de operação	1	Custo
Ágio gerado na aquisição	Não definida	Valores não alocados

Resultados adicionados a Companhia decorrentes da aquisição

	Grupo Elfa combinado sem a investida	01/04/2019 a 31/12/2019	Grupo Elfa consolidado
Receita Líquida	1.692.544	138.918	1.831.462
Lucro líquido	60.496	9.404	69.900

Conforme requerido pelo CPC 15, caso a investida tivesse sido adquirida desde 01/01/2019 os resultados combinados seriam:

	Grupo Elfa combinado sem a investida	01/01/2019 até 31/12/2019	Grupo Elfa combinado
Receita Líquida	1.692.544	226.095	1.918.639
Lucro líquido	60.496	18.684	79.180

3.2 Aquisição da Agilfarma

Em 2 de maio de 2019, a Companhia adquiriu o controle acionário da empresa Agilfarma Ltda através da sua controlada Prescrita Medicamentos Ltda.

A aquisição tem o objetivo de complementar nosso portfólio de produtos, fortalecendo nossa presença física na região Sul e posicionando a Elfa como um dos líderes de mercado em Farmácias especializadas no Brasil.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Agilfarma calculados através da elaboração de laudo de avaliação na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo reconhecido na data de aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	306
Contas a receber de clientes	2.519
Estoques	2.270
Intangível - Contratos de distribuição, <i>non-compet</i> e licenças	5.543
Outros ativos	324
	10.962
Passivos	
Fornecedores	(3.464)
Outros passivos	(162)
	(3.626)
Total dos ativos identificáveis líquidos	7.336
Ágio na aquisição	4.701
Total da contraprestação	12.037
Ativos adquiridos e passivos assumidos	

O ágio pago de R\$ 4.701 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros esperados pela aquisição.

O valor de intangível de R\$ 5.443 refere-se, principalmente, à avaliação a valor justo dos contratos de distribuição da empresa adquirida, contrato de *non-compet*e e licenças possuídas pela adquirida.

Esses contratos dão acesso à adquirente aos produtos (medicamentos) comercializados, ao mercado e, conseqüentemente, aos clientes da região em que a adquirida tem atuação e fornecem vantagem competitiva para a adquirida.

O método utilizado para valoração e vida útil destes ativos são as divulgadas abaixo:

Ativo	Vida útil em anos	Técnicas de avaliação
Contratos de distribuição	7,7	MPEEM
<i>Non-compet</i> e	5	With or without
Licenças de operação	1	Custo
Ágio gerado na aquisição	Não definida	Valores não alocados

Resultados adicionados a Companhia decorrentes da aquisição

	Grupo Elfa combinado sem a investida	02/05/2019 a 31/12/2019	Grupo Elfa consolidado
Receita Líquida	1.797.805	33.657	1.831.462
Lucro líquido	66.726	3.174	69.900

Conforme requerido pelo CPC 15, caso a investida tivesse sido adquirida desde 01/01/2019 os resultados combinados seriam:

	Grupo Elfa combinado sem a investida	01/01/2019 até 31/12/2019	Grupo Elfa combinado
Receita Líquida	1.797.805	43.763	1.841.568
Lucro líquido	66.726	3.648	70.374

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de março de 2020. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota Explicativa nº 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Elfa no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 8.1 - Consolidação: determinação sobre se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

Nota Explicativa nº 17 - Arrendamento mercantil financeiro: Determinação de arrendamento mercantil financeiro de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16;

Nota Explicativa nº 21 – Receitas: Determinação da receita de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 3.1 e 3.2- aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Nota explicativa nº 10 – Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa nº 11 – Mensuração de perda de estoques;

Nota Explicativa nº 14 - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

Nota Explicativa nº 19 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Nota explicativa nº 24 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo não identificou variações relevantes entre os ativos e passivos que devem ser mensurados a valor justo e seu valor contábil na data de 31/12/2019, considerando que suas transações são praticadas a mercado e não houve fatores relevantes para mudança do valor justo das mesmas no final do exercício.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 6 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente à:

Classificação de ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil financeiro.

Depreciação de contratos de arrendamentos e despesas financeiras de perda relacionadas a esses contratos.

(a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento definida pelo CPC 06(R2).

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos.

Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC06(R2) foi adotado de forma prospectiva apenas a contratos vigentes em ou após 1º de janeiro 2019.

(b) Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda principalmente galpões e salas comerciais. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo Valor;
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

8 Base de mensuração e principais políticas contábeis

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa, quando aplicáveis, são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As contraprestações contingentes do grupo são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo não mensura qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado.

Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente sendo reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas e seus respectivos riscos são transferidos ao comprador, que geralmente ocorre na sua entrega. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

d. Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. O grupo possui determinadas subvenções que são divulgadas e mantidas nos respectivos órgãos governamentais concedentes.

As subvenções são reconhecidas no resultado no mesmo grupo em que houve a despesa com base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

As subvenções e assistências governamentais para investimentos são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram atendidas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente da subvenção. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

A Companhia e sua controlada Majela possuem empreendimentos localizados nos Estados de Paraíba e no Distrito Federal. Estas Unidades Federativas possuem em sua legislação interna, decretos que autorizam a concessão de incentivos fiscais, substancialmente na modalidade de crédito presumido de ICMS, às empresas que investem no Estado.

A Companhia e a Majela atenderam os requisitos exigidos e, através de um Regime Especial, obtiveram a autorização para aplicar os devidos incentivos fiscais.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou

-Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem Atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas,

baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros – De acordo com o prazo contratual
- Máquinas e equipamentos 3-12 anos
- Móveis e utensílios 5-10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Contrato de distribuição

Contratos de distribuição são registrados inicialmente ao valor justo e são amortizados ao longo do período do contrato.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Direitos de uso de <i>software</i>	5 anos
Contratos de distribuição	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR – Valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não
- for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo.

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou

esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias para contas a receber do mercado privado.
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias para contas a receber do mercado do setor público e não estejam empenhados na rubrica de restos a pagar do exercício anterior ou não tenha decisão que determine o pagamento.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira ou
- Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

n. Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06 (R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(ii) *Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

(iii) Arrendamentos de ativo de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

o. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

p. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	5	11	180	17
Banco conta movimento	7.966	17.816	12.558	30.196
Aplicações financeiras de liquidez imediata	42.386	84.857	107.822	123.826
	<u>50.357</u>	<u>102.684</u>	<u>120.560</u>	<u>154.039</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possuía aplicações realizadas substancialmente em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos todas com liquidez imediatas e com rendimentos que variam até 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), progressivamente de acordo com o período que o valor é mantido na conta investimento.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Clientes privados	199.770	166.466	364.772	264.562
Clientes públicos	78.328	65.072	135.439	161.101
	<u>278.098</u>	<u>231.538</u>	<u>500.211</u>	<u>425.663</u>
(-) Perdas estimadas por redução ao valor recuperável do contas a receber (a)	(22.493)	(23.702)	(49.058)	(44.296)
(-) Ajuste a valor presente (b)	(1.202)	(1.276)	(2.045)	(2.010)
	<u>254.403</u>	<u>206.560</u>	<u>449.108</u>	<u>379.357</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	202.921	149.050	355.332	219.077
Vencidos até 30 dias	19.838	20.426	39.615	36.702
Vencidos de 31 a 90 dias	18.966	17.029	27.497	39.660
Vencidos de 91 a 180 dias	9.525	12.225	20.222	43.095
Vencidos há mais de 181 dias	26.848	32.808	57.545	87.129
Total	<u>278.098</u>	<u>231.538</u>	<u>500.211</u>	<u>425.663</u>
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(22.493)	(23.702)	(49.058)	(44.296)
Ajuste a valor presente	(1.202)	(1.276)	(2.044)	(2.010)
	<u>254.403</u>	<u>206.560</u>	<u>449.108</u>	<u>379.357</u>

a. Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

O Grupo avaliou a perda estimada de crédito conforme requer o CPC 48. Vide Nota Explicativa nº 25 para detalhes sobre a mensuração da provisão.

As movimentações na provisão para perda por redução ao valor recuperável dos montantes a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(23.702)	(14.809)	(44.296)	(23.770)
Aquisição de controladas	-	-	(1.907)	(9.058)
Impacto decorrente da adoção inicial do CPC 48	-	(4.690)	-	(4.064)
(Constituição)/reversão	1.209	(4.203)	(2.855)	(7.404)
Saldo final	(22.493)	(23.702)	(48.788)	(44.296)

Demonstrado abaixo as perdas líquidas debitadas/creditadas durante os exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
(Constituição)/reversão	1.209	(4.203)	(2.855)	(7.404)
Perdas e Gastos relacionados a recuperação de recebíveis	(754)	-	(754)	-
Total debitado/creditado ao resultado do exercício	455	(4.203)	(3.609)	(7.404)

b. Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração realizou ajuste a valor presente sobre o saldo de contas a receber nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado nos montantes de R\$ 1.202 e R\$ 2.045 (R\$ 1.276 e R\$ 2.010 em 2018), respectivamente.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda	108.023	110.697	212.704	174.542
Mercadorias em consignação	1.513	1.402	3.062	2.287
	<u>109.536</u>	<u>112.099</u>	<u>215.766</u>	<u>176.829</u>
	109.708	113.097	216.233	178.649
(-) Provisão de perdas com estoque	<u>(172)</u>	<u>(998)</u>	<u>(467)</u>	<u>(1.820)</u>
	109.536	112.099	215.766	176.829

A movimentação da provisão para perdas com estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(997)	(552)	1.820	(1.291)
Constituição/Reversão	827	(446)	(1.353)	(529)
Saldo final	(172)	(998)	(467)	(1.820)

12 Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	8.899	4.410	30.149	9.390
PIS e COFINS	7.853	9.037	14.491	12.927
Outros	2.825	-	3.646	-
Tributos a recuperar	19.577	13.447	48.286	22.317
Imposto de renda e contribuição social	13.720	12.277	19.516	17.706

13 Investimentos (controladora)

a. Composição dos investimentos

	Prescrita		San Log		Jaw		Cristal		Majela		Grupo CDM		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	-		
Patrimônio líquido no valor contábil	52.086	24.315	330	(541)	102.627	89.615	40.660	44.850	114.011	83.763	47.513	-	357.227	242.002
Mais valia atribuída na data de aquisição líquida de amortizações e impostos diferidos	-	-	-	-	2.856	3.580	5.851	7.333	73.223	85.084	54.436	-	136.366	95.997
Patrimônio líquido	52.086	24.315	330	(541)	105.483	93.195	46.511	52.183	187.234	168.847	101.949	-	493.593	337.999
Ágio por rentabilidade futura(<i>goodwill</i>)	-	-	-	-	5.207	5.207	8.162	8.162	42.212	42.212	40.804	-	96.385	55.581
	52.086	24.315	330	(541)	110.690	98.402	54.673	60.345	229.446	211.059	142.753	-	589.978	393.580

b. Movimentação dos investimentos

	Prescrita		San Log		Jaw		Cristal		Majela		Grupo CDM		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial em 1o. de janeiro	24.315	10.775	(541)	(352)	98.402	65.925	60.345	40.285	211.059	172.218	-	-	393.580	288.851
Impacto do IFRS 09	-	411	-	2	-	128	-	317	-	(442)	-	-	-	416
Aumento de capital	17.413	12.681	1.001	116	141	22.153	1.200	19.532	12.055	765	-	-	31.810	55.247
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.406)	-	-	-	-	-	(3.406)	-
Reclassificação dos impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	468	-	-	-	468	-
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.108	-	38.108	-
Mais valia de ativos líquidos adquiridos sujeitos a amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.566	-	57.566	-
Equivalência patrimonial (i)	10.357	448	(130)	(307)	12.145	10.196	(3.466)	211	5.866	24.482	6.275	-	31.047	35.030
Ágio por rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.036	40.804	-	40.804	14.036
											142.75			
Saldo final em 31 de dezembro	52.086	24.315	330	(541)	110.688	98.402	54.673	60.345	229.448	211.059	3	-	589.978	393.580

(i) Valor corresponde ao resultado de equivalência patrimonial nas controladas e a amortização das mais valias dos ativos com vida útil definida.

14 Intangível

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Vida útil definida								
Contratos de distribuição	28.079	(5.709)	22.370	24.606	180.842	(31.445)	149.397	73.480
Non-compete	-	-	-	-	6.753	(805)	5.948	-
Direito a uso de software	4.727	(351)	4.376	3.123	5.218	(646)	4.572	3.534
Autorizações especiais	30	(30)	-	2	296	(251)	45	2
Marcas e patentes	-	-	-	-	24	-	24	22
	<u>32.836</u>	<u>(6.090)</u>	<u>26.746</u>	<u>27.731</u>	<u>193.133</u>	<u>(33.147)</u>	<u>159.986</u>	<u>77.038</u>
Vida útil indefinida								
Ágio por rentabilidade futura	18.952	-	18.952	10.529	120.452	-	120.452	103.516
	<u>51.788</u>	<u>(6.090)</u>	<u>45.698</u>	<u>38.260</u>	<u>313.585</u>	<u>(33.147)</u>	<u>280.438</u>	<u>180.554</u>

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Saldo inicial	38.260	41.163
Adições		
Softwares	1.263	-
Autorizações especiais	5	-
Contratos de distribuição	665	-
Ágio	8.423	-
Amortizações		
Softwares	(110)	(95)
Contratos de distribuição	(2.808)	(2.808)
Saldo final	<u>45.698</u>	<u>38.260</u>
	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	180.554	178.998
Adições		
Softwares	1.324	-
Saldo adquirido mediante aquisições		
Licenças sanitárias	271	-
Cláusula non-compete (a)	6.753	-
Contratos de distribuição (b)	57.225	-
Ágio (c)	54.706	14.036
Amortizações		
Softwares	(286)	(140)
Contratos de distribuição	(19.076)	(12.340)
Contrato de non-compete	(805)	-
Autorizações especiais	(228)	-
Saldo final	<u>280.438</u>	<u>180.554</u>

- (a) As movimentações no período são compostas pela contabilização da mais-valia apurada na valorização de cláusula de não competição gerada aquisição das investidas CDM (R\$ 6.034) e Agilfarma (R\$ 719) conforme laudo de avaliação econômica emitido por especialista.
- (b) As movimentações no período são compostas pela contabilização da mais-valia dos contratos de distribuição das empresas adquiridas apurada na aquisição das investidas CDM (R\$ 51.410) e Agilfarma (R\$ 4.701) conforme laudo de avaliação econômica emitido por especialista. Estes contratos permitem acesso a carteira de clientes da empresa adquirida por isso tem valorização na mais valia no laudo econômico.
- (c) As movimentações no período são compostas pelo ágio apurado nas aquisições das empresas CDM (R\$ 40.804) e Agilfarma (R\$ 4.001), conforme laudo de avaliação econômica emitido por especialista e reclassificação de ativo para intangível do valor de R\$ 9.311, referente principalmente à aquisição reversa da empresa Elfa Participação para adequação ao respectivo laudo de avaliação. Essa reclassificação de R\$ 9.311 não teve efeito caixa e teve seus efeitos expurgado nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

a. *Tangíveis e intangíveis com vida útil definida*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para os exercícios findos em 2019 e 2018, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

b. *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 120.452 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 103.516 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

c. *Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis*

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis em 2019, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC). De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, com crescimento igual à inflação de longo prazo, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

O valor recuperável da Unidade geradora de caixa (UGC) foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O valor contábil da UGC é menor que o seu valor recuperável e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi reconhecido.

15 Transações com partes relacionadas

	Controladora	
	2019	2018
Ativo não circulante		
Prescrita Medicamentos Ltda.	2.619	-
Cirúrgica Jaw	1.299	-
Majela Medicamentos Ltda.	3.301	-
	<u>7.219</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Prescrita Medicamentos Ltda.	6.700	2.009
Cirúrgica Jaw	6.950	-
San Log Distribuidora de Medicamentos Ltda.	60	917
CDM	7.348	
Majela Medicamentos Ltda.	11.745	8.764
	<u>32.803</u>	<u>11.690</u>
Passivo não circulante		
Prescrita Medicamentos Ltda.	7.941	2.841
Cristal Pharma Ltda.	36.454	1.990
Majela Medicamentos Ltda.	16.584	18.364
Cirúrgica Jaw	72.627	24.550
	<u>133.606</u>	<u>47.745</u>
Resultado		
Receita líquida de vendas		
Cirúrgica Jaw	504	642
Elfa Medicamentos S.A.	13.655	25.531
Cristal Pharma Ltda.	1.813	1.218
Prescrita Medicamentos Ltda.	-	88
Majela Medicamentos Ltda.	138	403
	<u>16.110</u>	<u>27.882</u>
Custo das mercadorias vendidas		
Cirúrgica Jaw	(504)	(632)
Elfa Medicamentos S.A.	(12.466)	(25.612)
Prescrita Medicamentos Ltda.	(1.258)	-
Cristal Pharma Ltda.	(1.742)	(1.180)
Majela Medicamentos Ltda.	(140)	(405)
	<u>(16.110)</u>	<u>(27.829)</u>

Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e não estatutários. A remuneração para o pessoal chave durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 5.092 (2018: R\$7.298).

16 Fornecedores

As operações que a Companhia e suas controladas mantêm com fornecedores nacionais e do exterior são substancialmente representadas por transações de compra de medicamentos.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de mercadorias	186.717	171.824	353.031	277.463
Fornecedores de imobilizado	83	500	89	539
Fornecedores de bens de consumo	162	525	202	575
Serviços prestados a pagar	1.045	1.487	1.341	1.936
	<u>188.007</u>	<u>174.336</u>	<u>354.663</u>	<u>280.513</u>
Ajuste a valor presente	<u>(1.616)</u>	<u>(2.616)</u>	<u>(2.077)</u>	<u>(5.077)</u>
Total	<u>186.391</u>	<u>171.720</u>	<u>352.386</u>	<u>275.436</u>

17 Empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e debentures

Informações dos contratos 2019				Controladora		Consolidado	
	Indexador	Taxas de juros	Moeda	2019	2018	2019	2018
Em moeda nacional:							
Capital de giro	CDI	CDI + range 1,5% a 1,92 a.a.	Real	302.453	137.542	303.300	137.542
Debentures	CDI	119% CDI	Real	-	101.056	-	101.056
Arrendamentos a pagar	IPCA	CDI + 1,35% a.a.	Real	<u>11.304</u>	<u>-</u>	<u>16.628</u>	<u>-</u>
Total				<u>313.757</u>	<u>238.598</u>	<u>319.928</u>	<u>238.598</u>
Circulante				213.757	152.898	219.928	152.898
Não circulante				100.000	85.700	100.000	85.700

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade do Grupo decorrentes da emissão de duplicatas e não possuem cláusulas restritivas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e debentures é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	238.598	53.945	238.598	61.723
Captações	491.325	186.102	492.172	188.752
Captação debentures	-	100.000	-	100.000
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	17.282	11.298	17.282	11.145
Juros incorridos debentures	2.582	1.056	2.582	1.056
Pagamento de principal debentures	(100.000)	-	(100.000)	-
Pagamento de juros debentures	(3.638)	-	(3.638)	-
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	(325.119)	(99.939)	(325.119)	(111.534)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	<u>(18.577)</u>	<u>(13.864)</u>	<u>(18.577)</u>	<u>(12.544)</u>
Total empréstimo, financiamentos e debentures	<u>302.453</u>	<u>238.598</u>	<u>303.300</u>	<u>238.598</u>
Arrendamentos a pagar	<u>11.304</u>	<u>-</u>	<u>16.628</u>	<u>-</u>
Total	<u>313.757</u>	<u>238.598</u>	<u>319.928</u>	<u>238.598</u>

a. Garantias

A Companhia tem R\$ 214.377 em duplicatas de clientes dadas em garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 166.999 em 2018).

b. Debêntures

A companhia liquidou antecipadamente, durante o exercício de 2019, as debêntures conforme decisão da Administração de reestruturar o perfil da sua dívida.

18 Outras obrigações

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Parcelas a pagar de aquisições de controladas (a)	74.722	42.814	81.691	42.533
Ajuste a valor presente sobre as contas a pagar pela aquisição de investimentos	(1.217)	(9.764)	(1.436)	(9.849)
Outras obrigações (b)	15.216	10.970	24.401	18.654
	88.721	44.020	104.656	51.338
Circulante	26.883	11.252	40.577	18.289
Não circulante	61.838	32.768	64.079	33.049

- (a) Refere-se a parcelas a pagar a ex-sócios das aquisições realizadas pela Companhia, estes valores são corrigidos conforme definido em cada contrato e o pagamento ocorrerá no fluxo de até 6 anos após a data de cada aquisição. Estas parcelas também funcionam como retenção e garantia de eventuais contingências do período pré-aquisição.

Em 31 de dezembro de 2019 o cronograma de amortização das parcelas a pagar decorrente das aquisições realizadas pela Companhia estão conforme abaixo:

	2019
2020	16.556
2021	13.200
2022	17.748
2023	18.496
2024	14.675
2024 em diante	<u>1.016</u>
	<u>81.691</u>

- (b) Refere-se principalmente a adiantamentos recebidos de clientes R\$ 5.745 controladora e consolidado R\$ 9.812 e provisões para outros contas a pagar R\$ 8.516 controladora e R\$ 9.848 consolidado.

19 Provisão para contingências

A Elfa está exposta a contingências de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pelo Grupo leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento do valor envolvido nessas ações, conforme avaliação de seus assessores legais.

A Elfa possui também processos da controladora e das investidas oriundos de períodos anteriores as respectivas aquisições que são de responsabilidade dos antigos sócios controladores e estão garantidos e cobertos por parcelas diferidas do preço de aquisição. Por esse motivo, quando esta cobertura é atingida a Elfa não provisiona esses processos.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía processos com risco de perda avaliados como provável no montante de R\$ 7.438 consolidado e R\$ 7.127 da controladora que estão cobertos por R\$ 6.775 na controladora e R\$ 6.916 no consolidado por parcelas a pagar de aquisição de investidas (Nota nº 18) e retenções de antigos sócios controladores (Nota nº20), sendo certo que o saldo restante de (R\$ 522) está devidamente provisionado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam processos com risco de perda avaliados como possível no montante de aproximadamente R\$ 18.577 que estão parcialmente cobertos por parcelas a pagar das investidas ou outros ativos.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2019	2019
Trabalhista	203	344
Cíveis	<u>149</u>	<u>178</u>
Total	<u>352</u>	<u>522</u>

As movimentações das provisões para riscos cíveis e trabalhistas no consolidado estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	-	344	344
Cíveis	<u>-</u>	<u>178</u>	<u>178</u>
Total de contingência	<u>-</u>	<u>522</u>	<u>522</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 312.016, representado por 242.875.200 ações ordinárias e sem valor nominal (2018: 242.875.200 ações sem valor nominal), com a seguinte composição:

Acionistas	<u>2019</u> <u>Ações</u>	<u>2018</u> <u>Ações</u>
Pátria Brazilian Private Equity Fund IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	214.511.429	214.511.429
Brazilian Private Equity Fund IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	4.735.739	4.735.739
JMV Participações e Gestão de Bens S.A.	13.601.011	13.601.011
Elmo Lopes Fernandes de Assis	4.774.115	4.774.115
Edalmo Leite Fernandes de Assis	4.407.937	4.407.937
Evelyn Leite Fernandes de Assis	661.190	661.190
Luis Renato Guimarães Liveri	183.779	183.779
	242.875.200	242.875.200

Reservas de lucros

(i) **Reserva legal**

Conforme Estatuto Social, do lucro líquido do exercício serão destinados 5% para constituição da reserva legal de que trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% do capital social.

(ii) **Retenção de lucros**

Representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal e destinação das reservas de incentivo fiscal e dividendo mínimo obrigatório, que deverá ser deliberada de forma definitiva através de ato societário durante a aprovação das Demonstrações Financeiras.

(iii) **Reserva de incentivos fiscais**

A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 62.539 (2018: R\$ 45.204), relativo às subvenções recebidas. Os incentivos fiscais são destinados após o encerramento do exercício para conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

(iv) **Reserva de capital**

A Companhia possui reserva de capital em decorrência da incorporação reversa de sua controladora na data conforme previsto no art. 227 da Lei nº 6.404/76.

(v) **Distribuição de lucros**

A destinação dos lucros da Companhia, conforme o seu Estatuto Social, será:

- A parcela de 5% será deduzida para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.
- A parcela correspondente a, no mínimo, 1% do lucro líquido ajustado será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo.
- Constituição da reserva para subvenção para investimentos, referente à exclusão dos incentivos fiscais da ICMS da base de apuração do imposto de renda e contribuição social até o saldo total utilizado e remanescente conforme determina a legislação.
- O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação pela Assembleia Geral de Acionistas.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	69.900	47.583
Constituição de reservas legal - 5%	<u>(3.495)</u>	<u>(2.379)</u>
	<u>66.405</u>	<u>45.204</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (conforme Estatuto Social) - 1%	(665)	(452)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(62.990)	(44.752)
Destinação para reserva de retenção de lucros	(2.750)	-

21 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta				
Venda de mercadorias - clientes privados	1.055.819	876.336	1.718.193	1.460.322
Venda de mercadorias - clientes públicos	<u>215.413</u>	<u>125.235</u>	<u>311.862</u>	<u>283.124</u>
Receita bruta total	<u>1.271.232</u>	<u>1.001.571</u>	<u>2.030.055</u>	<u>1.743.446</u>
Deduções da receita bruta				
Devolução de vendas - clientes privados	(15.446)	(19.850)	(24.362)	(32.667)
Devolução de vendas - clientes públicos	(2.378)	(4.256)	(3.338)	(11.920)
Impostos sobre vendas	<u>(106.910)</u>	<u>(73.690)</u>	<u>(170.893)</u>	<u>(138.432)</u>
Total de deduções da receita	<u>(124.734)</u>	<u>(97.796)</u>	<u>(198.593)</u>	<u>(183.019)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>1.146.498</u></u>	<u><u>903.775</u></u>	<u><u>1.831.462</u></u>	<u><u>1.560.427</u></u>

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada na transação com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As faturas emitidas devem ser pagas, normalmente, de acordo com prazo de vencimento 30 dias. Não são oferecidos descontos adicionais ao valor da nota, pontos de fidelidade e devoluções somente são aceitas quando comprovado o defeito ou erro na entrega do produto. O percentual de devolução do setor é considerado baixo.

22 Custos e despesas por função e natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Por função				
Custo das mercadorias vendidas	(1.045.140)	(801.573)	(1.635.593)	(1.379.057)
Comerciais	(16.636)	(16.005)	(28.276)	(27.714)
Gerais e administrativas	(67.774)	(57.309)	(94.838)	(81.392)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de contas a receber	455	(4.203)	(3.609)	(7.404)
Depreciação e amortização	(6.049)	(3.075)	(25.130)	(13.132)
Outras receitas operacionais, líquidas	18.750	382	21.295	935
	(1.116.394)	(881.783)	(1.766.151)	(1.507.764)
Por natureza				
Custo de revenda de mercadorias	(1.045.140)	(801.573)	(1.635.593)	(1.379.057)
Salários e encargos sociais	(41.847)	(29.078)	(60.057)	(45.507)
Comissões sobre vendas	(3.171)	(3.588)	(5.150)	(5.073)
Frete e carretos	(11.066)	(5.891)	(17.670)	(11.780)
Amortização e depreciação	(6.049)	(3.075)	(25.130)	(13.132)
Condomínios e outros gastos de ocupação	(516)	(1.392)	(1.216)	(2.740)
Serviços prestados - Pessoa jurídica	(17.808)	(20.271)	(21.065)	(23.444)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	455	(4.398)	(3.609)	(7.815)
Outras receitas (despesas), líquidas	8.748	(12.517)	3.339	(19.215)
	(1.116.394)	(881.783)	(1.766.151)	(1.507.763)

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Juros passivos	(72)	(334)	(166)	(506)
Juros sobre debêntures	(2.582)	(2.580)	(2.582)	(2.580)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(19.070)	(18.431)	(19.070)	(17.213)
Outras despesas financeiras	(5.609)	(1.052)	(7.223)	(1.625)
	(27.333)	(22.397)	(29.041)	(21.924)
Receitas financeiras				
Juros ativos	1.704	2.047	-	3.292
Rendimento aplicação financeira	807	1.121	1.719	1.505
Outras receitas financeiras	-	10.340	-	7.455
	2.511	11.508	1.719	12.252
Resultado financeiro	(24.822)	(10.889)	(27.322)	(9.672)

24 Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Corrente:				
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	(7.813)	(3.352)
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	(2.812)	(1.314)
	-	-	(10.625)	(4.666)
Diferido:				
Imposto de renda pessoa jurídica	24.684	1.058	31.276	6.807
Contribuição social sobre o lucro líquido	8.886	381	11.260	2.450
	33.570	1.439	42.536	9.257

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro contábil antes de imposto de renda e da contribuição social	36.330	46.144	37.989	52.157
Alíquota combinada legal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(12.352)	(15.689)	(12.916)	(17.733)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o lucro fiscal:				
Adições e exclusões, líquidas	45.922	17.128	44.827	22.324
Total creditado/debitado ao resultado	33.570	1.439	31.911	4.591
Alíquota efetiva	(92,4%)	(3,12%)	(84%)	(8,8%)

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceram créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

As base de cálculo para imposto diferidos ativos, líquidos, têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisões:				
Provisão para redução de valor recuperável	22.493	19.129	40.000	45.463
Provisão de perdas com estoque	172	998	467	1.820
Provisões diversas	23.152	18.993	54.846	31.165
Prejuízo fiscal e base negativa	112.165	-	130.402	9.118
	157.982	39.120	225.715	87.565
Alíquota aplicável	34%	34%	34%	34%
	53.714	13.301	76.743	29.772

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisões:				
Provisão para redução de valor recuperável	22.493	19.129	40.000	45.463
Provisão de perdas com estoque	172	998	467	1.820
Provisões diversas	23.152	18.993	54.846	31.165
Prejuízo fiscal e base negativa	112.165	-	130.402	9.118
	<u>157.982</u>	<u>39.120</u>	<u>225.715</u>	<u>87.565</u>
Alíquota aplicável	34%	34%	34%	34%
	<u>53.714</u>	<u>13.301</u>	<u>76.743</u>	<u>29.772</u>

25 Instrumentos financeiros

As informações relacionadas aos instrumentos financeiros da Elfa e suas respectivas análises estão relacionadas nos itens abaixo:

a. Classificação contábil e valores justos

O Grupo não apresenta a tabela de comparabilidade do valor justo com o valor contábil visto que os valores contábeis se aproximam dos valores justos por conta das características dos instrumentos financeiros.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Administração do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

(iii) Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria na qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão na Nota Explicativa nº 22.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo de pagamento de 1 e 4 meses para clientes dos setores público e privado, respectivamente.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com o Grupo e existência de dificuldades financeiras no passado.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis e não utiliza-se de garantias para não constituição de provisão para perdas..

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2019 nenhum cliente representando mais de 5% (cinco por cento) do saldo de contas a receber.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2019

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplimento e na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019.

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
31 de dezembro de 2019				
Em milhares de Reais				
Clientes públicos	0,66%	311.862	2.058	Não
Clientes privados	0,53%	1.557.311	8.253	Não
Total	0,55%	1.869.173	10.311	
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
31 de dezembro de 2018				
Em milhares de Reais				
Clientes públicos	0,4%	367.500	1.593	Não
Clientes privados	0,4%	1.330.400	5.811	Não
Total	0,4%	1.697.900	7.404	

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 120.560 mil em 31 de dezembro de 2019 (2018: R\$ 154.039 mil). “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas principais agências de *rating* e, portanto, consideradas com baixo risco de crédito.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado ao cumprimento das obrigações associadas com passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa e/ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração da liquidez é garantir, que sempre haverá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos com mercado ativo em montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto “Fornecedores”) para os próximos 60 dias e também monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes e outros recebíveis” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a “Fornecedores e outras contas a pagar”.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2019

31 de dezembro de 2019		Consolidado					
		Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários	319.928	319.928	82.980	136.948	34.640	65.360	-
Cheques especiais	847	903	903	-	-	-	-
	320.775	320.775	83.883	136.948	34.640	65.360	-

31 de dezembro de 2018

31 de dezembro de 2018		Consolidado					
		Fluxos de caixa contratuais					
			2 meses ou Total	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Valor contábil							
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários		137.542	137.542	84.379	53.163	-	-
Debêntures		101.056	101.056	-	15.356	85.700	-
		238.598	238.598	84.379	68.519	85.700	-

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio e taxas de juros — afetarem os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(vi) Risco cambial

O Grupo não está exposto materialmente ao risco cambial, visto que mantém poucas operações em moeda estrangeira. Desta forma, optou por não apresentar o quadro de análise de sensibilidade da taxa de câmbio.

Risco de taxa de juros

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	Valor nominal	
	2019	2018
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada		
Ativos financeiros	85.934	84.954
Passivos financeiros	(303.300)	(238.598)
Exposição líquida	<u>(217.366)</u>	<u>(154.004)</u>

Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros prefixada

O Grupo não possui nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros prefixada pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo.

26 Cobertura de seguros

O Grupo mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados (por exemplo: estoque de mercadorias), em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas dos contratos de seguro, vigentes até dezembro de 2019, estão demonstradas abaixo:

Finalidade do seguro	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do imobilizado (prédios/conteúdos)	275.845
Danos elétricos (prédios/conteúdos)	936
Roubo/furto qualificado (prédios/conteúdos)	980
Perda de aluguel	685
Despesas fixas	1.030
Tumulto, greve, <i>lock-out</i>	425
Responsabilidade civil	215
Responsabilidade civil empregador	50
Quebra de vidros	198
Recomposição de registros e documentos	120
Lucros cessantes	50
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo, desmoronamento	1.715

27 Eventos subsequentes

Em 21 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações para a aquisição do Grupo Medcom. O Grupo Medcom atua na distribuição de medicamentos e de produtos hospitalares e possui unidades de distribuição e drogarias-delivery nas cidades de Goiânia, Brasília e Cuiabá. A conclusão da aquisição está sujeita a condições precedentes usuais a este tipo de transação.

* * *

Michael Gordon Findlay
Diretor Financeiro

Rodrigo Luiz Domingues
Controller/Contador
CRC RJ 125935/O-0